

## UM COMPLEXO UNIVERSO DE (RE)CONSTRUÇÃO CULTURAL: O DISCURSO LITERÁRIO ENQUANTO POSSIBILIDADE DE RUPTURA DOS SABERES DOMINANTES.

Larissa Moreira Fidalgo<sup>1</sup>

### RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar as implicações sociais e ideológicas que atuam nas disciplinas culturais contemporâneas. Reconhecendo os elementos sociais de todo processo cultural, a poética do pós-modernismo volta-se para o modo como funciona o poder. Assim, através da análise do romance *O filho da mãe*, do brasileiro Bernardo Carvalho, verificaremos que o conceito de cultura é essencialmente semiótico, não podendo ser reduzido a elementos hierárquicos tais como colonizador/colonizado, margem/centro.

**Palavras-chave:** Literatura do pós-modernismo; Historiografia; Hibridismo cultural.

*Somos a diferença (...) nossa razão é a diferença dos discursos, nossa história é a diferença das épocas, nossos eus são a diferença das máscaras. Essa diferença, longe de ser a origem esquecida e recuperável, é essa dispersão que somos e fazemos.*

Michel Foucault.

As ideias culturais mudam conforme a dinâmica planetária sobre a qual refletem. Se insistirem em observar as estruturas sociais em seu contexto histórico, então isso também precisa ser aplicado a elas mesmas. Essa apropriação de Terry Eagleton nos parece bastante adequada para o começo de nossa discussão. A partir do momento que o objeto com o qual costumávamos lidar não é mais o mesmo, ou melhor, passa a ser compreendido sob outros ângulos, precisamos urgentemente estabelecer novas relações capazes de abarcar as profundas transformações ocorridas no cenário cultural nas últimas décadas.

Com as sucessivas crises do capitalismo, com o pós-guerra e a progressiva descolonização da África e da Ásia, observamos uma reviravolta nos estudos acadêmicos acerca das questões sócio-políticas imbricadas na consciência pública de representação cultural. Se antes o conceito de cultura estava atrelado aos processos civilizatórios realizados pelos representantes de uma cultura “humanitária” intimamente vinculada aos conceitos de eterno e universal, hoje, reconhecendo a voz dominadora de

<sup>1</sup> Universidade Federal Fluminense/Mestranda em Estudos Literários. larissamfidalgo@gmail.com

toda convenção discursiva e questionando as bases de qualquer certeza e julgamento, nos afastamos em relação à centralização das categorias culturais e identitárias. Mediante a multiplicação das trocas culturais acentuadas pela globalização e ilustradas pelos processos interétnicos e pelo cruzamento de fronteiras por sujeitos errantes em constantes viagens, somos levados a repensar as essencialistas noções de identidade e a estabelecer um enfoque dialógico, senão híbrido dos processos interculturais. Como nos mostra Perrone-Moisés (2007, p. 13), antes de pensarmos a cultura segundo critérios de uma uniformização que apagara as diferenças, a *“cultura supõe sempre processos de contato, que o contato e as relações são inseparáveis do próprio conceito de cultura”*. Isso significa que se a polifonia é uma condição inerente a todo indivíduo histórico e, portanto, o inter-relacionamento de experiências heterogêneas torna-se inevitável, como estabelecer identidades “autênticas” relacionadas ao conceito de nação e ao sentimento nacionalista que teve seu auge no século XIX com o Romantismo?

Na América Latina, os projetos nacionalistas que pretendiam o estabelecimento de uma especificidade autóctone mediante a construção de utópicas fronteiras entre o Outro dominador e os representantes de uma cultura “oprimida”, mostraram-se um empreendimento fracassado, reducionista e paradoxal. Ao negligenciar os processos de contato com a Europa, o “Novo” Mundo demonstrou que o clássico conceito de nação é um conjunto de imagens nostálgicas que pressupõe o apagamento de uma cultura e a valorização de outra. Entretanto, como nos mostra Clifford Geertz (1989, p. 8), *“a cultura é pública”*, algo constituído por atos simbólicos de um discurso social. Nesse sentido, o fato é que nenhuma identidade histórica pode ser concentrada em uma única tradição. Nossa objeção não representa, obviamente, a negação das particularidades culturais, muito pelo contrário. É antes um reconhecimento das trágicas consequências do estabelecimento de categorias abstratas a partir da não-identificação criada por intensos desejos de separação que observamos em algumas tendências dos estudos culturais. Por exemplo, ao desdenharmos das raízes dos nossos colonizadores, desconsiderando os processos de hibridação, enterramos, ironicamente, uma parte da constituição de nossa própria cultura. Assim, como evidencia Nestor García Canclini (2011, p. XXIII),

quando se define uma identidade mediante um processo de abstração de traços (línguas, tradições, condutas estereotipadas), freqüentemente se tende a desvincular essas práticas da história de misturas em que se formaram. Como consequência, é absolutizado um modo de entender a identidade e são rejeitadas maneiras heterodoxas de falar a língua (...).

Por conseguinte, ao invés de uma concepção monológica do processo de construção cultural concebida isoladamente do tempo e espaço, do lugar supostamente incômodo onde falam diferentes vozes e discursos, observamos uma ampla diversidade material em constante interação que não pode ser resumida em simples dicotomias como “centro/margem”. Obviamente que a nossa defesa na descentralização das ideologias tradicionais da noção de sujeito antes de sugerir um retorno ao conceito aistórico das estruturas sociais, representa uma problematização de tais noções. Porque, a defesa de causas “ditas” minoritárias poderá nos conduzir, ironicamente, à formação de novos discursos homogeneizantes em torno de uma concepção superficial de cultura. Ao defenderem a existência de dualismos hierárquicos tais como “global/local”, “centro/periferia” e a valorização do segundo termo em relação ao primeiro, os culturalistas restabelecem um novo centro histórico, reforçando, inconscientemente, o

problema daquilo que conhecemos por “coisificação”, a “*fonte primordial de uma dominação e de uma sujeição*” (JAMENSON, 1998, p. 173).

Em suas análises sempre polêmicas acerca das transformações da imagem no cenário da pós-modernidade, Fredric Jameson (1998) recorre à inovação conceitual do tema do olhar realizada por Sartre para abordar a história da visão e do visível na contemporaneidade e sua relação com a maneira pela qual interpretamos e definimos a cultura. Segundo o teórico (1998, p.172), o olhar institui uma relação imediata com as outras pessoas, na qual a experiência de ser olhado se torna essencial e o nosso próprio olhar uma reação deliberadamente secundária. Por conseguinte, o clássico enigma da existência das outras pessoas seria “*solucionado*” e deslocado pela “*vergonha e pelo orgulho*” através dos quais o olhar do Outro sobre nós confirma a sua própria experiência. Entretanto, ao rebatê-lo, colocamos o Outro em uma posição similar, pois, agora, ele se torna o centro a partir do qual se encadeia o combate pelo reconhecimento. Desse modo, podemos perceber que os estados de dominação, as disposições entre aquilo que caracterizamos por centro e por periferia estão em constante alternância. Nesse sentido, se o “colonizador” necessita do “colonizado” para constituir sua existência, assim como o “colonizado” também precisa manter esse diálogo, evidenciando, portanto, as produtivas e indispensáveis amalgamações interculturais, como considerar identidade e diferença em compartimentos estanques, privilegiando um em detrimento do outro? Como nos mostra Nestor García Canclini (2011, p. XXIII),

não é possível falar das identidades como se tratasse apenas de um conjunto de traços fixos, nem afirmá-las como a essência de uma etnia ou de uma nação. A história dos movimentos identitários revela uma série de operações de seleção de elementos de diferentes épocas articulados pelos grupos hegemônicos em um relato que lhes dá coerência, dramaticidade e eloquência.

Assim, verificamos que ao invés de uma utópica relação de distanciamento e diferença entre um “Eu” (soberano) e um “Outro” que habita um espaço marginal demarcado por fronteiras, como os culturalistas (e os historiadores), em sua tentativa de abarcar as instâncias da História, paradoxalmente observam, temos uma base comum a partir da qual os sujeitos, agora considerados reflexivos, são constituídos. Desse modo, perante inter-relações de múltiplas consciências que se combinam sem mecanizar seus horizontes, devemos nos perguntar se o que temos repetido inúmeras vezes não é um alarme falso de uma compreensão igualmente superficial das estruturas da sociedade. Nesse sentido, conforme apontou Geertz (1989, p. 20),

a análise cultural é intrinsecamente incompleta (...) é uma ciência estranha, cujas afirmativas mais marcantes são as que têm a base trêmula, na qual chegar a qualquer lugar com um assunto focado é intensificar a suspeita, a sua própria e a dos outros, de que você não o está encarando de maneira correta.

Organizando-se nesse mesmo viés reducionista e incompleto que estamos questionando, encontra-se o discurso histórico que busca dar forma às nossas experiências temporais e culturais. Como um dispositivo que de certo modo detém e legitima o caráter representativo das ações humanas, o discurso histórico encontra-se

inscrito numa relação de poder articulada na experiência viva e dinâmica dos acontecimentos, admitindo “*a passagem de alguma coisa do profano para o sagrado, da esfera humana à divina*” (AGAMBEN, 2010, p.45) através dos processos de subjetivação de uma consciência homogeneizante. Em “*sua vontade de verdade que atravessou tantos séculos de nossa história*” (FOUCAULT, 2011, p.14), esse sistema teórico predominante, ao suprimir o sujeito enunciador e diversos atuantes de processos inegavelmente heterogêneos através da seleção e organização dos elementos constitutivos da “realidade” social, apóia-se no conhecimento fechado e restrito, em uma verdade categórica, teológica e institucional, ignorando a intencionalidade e a historicidade de toda ordem cultural.

Entretanto, afirmando ao invés dessa concepção um tanto linear da realidade que viola e simplifica a multiplicidade de consciências imiscíveis da caracterização do ser-no-mundo, devemos mostrar a constituição temporal dos sistemas de signos, dos processos culturais que governam as diversas representações de nossa experiência temporal. Uma vez que a realidade é socialmente constituída, temporalizando-se como porvir atualizante da semântica do ter-sido, observamos que apenas a compreensão do lugar a partir do qual somos constituídos e constituímos o sentido do ser, das nossas ações e relações simbólicas no mundo circundante poderia nos oferecer uma visão mais democrática da maneira pela qual interpretamos a cultura. Vale ressaltar, que ao defendermos tal posicionamento, não estamos revitalizando a clássica noção de *arché*, de existência de uma origem teológica que rege nossas ações, mas, ao invés, o sistema geral dessa economia que ilustra “*o processo de cisão e de divisão do qual os diferentes ou as diferenças seriam os produtos ou os efeitos constituídos*” (DERRIDA, 1991, p.39) de um processo no qual interagem diferentes vozes e discursos.

E é justamente nesse cenário de desconstrução que nos mostra como a cultura é um *continuum* interpretável do tempo e espaço, uma história cumulativa, pois como dizia Said, “*há ‘outras’ tradições, e portanto outras humanidades, que certamente poderiam ser de algum modo consideradas e representadas para moderar a centralidade não questionada do que era, com efeito, um amálgama forjado com muito esforço*” (2004, p. 22), que a literatura do pós-modernismo encontra-se inserida.

Questionando os postulados totais e exclusivos da metafísica através do reconhecimento que a língua não corresponde a um sistema desprovido de elementos sociais, a ficção pós-moderna ilustra as amplas questões de ordem política e ideológica da sociedade moderna para compreender, ainda que de maneira fragmentada, os sistemas de signos que, ligados às formulações simbólicas e culturais, conferem forma à multiplicidade das complexas estruturas de nossa experiência temporal. Nas palavras da teórica canadense Linda Hutcheon (2005, p. 2),

the postmodern’s initial concern is to de-naturalize some of the dominant features of our way of life; to point out that those entities that we unthinkingly experience as ‘natural’ (they might even include capitalism, patriarchy, liberal humanism) are in fact ‘cultural’; made by us, not given to us<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> “a preocupação inicial do pós-moderno é de desnaturalizar algumas das características dominantes do nosso modo de vida, de salientar que as entidades que inconscientemente experienciamos como ‘naturais’ são de fato ‘culturais’, feitas por nós, não dadas para nós. Mesmo a natureza, o pós-modernismo pode apontar, não cresce em árvores” (Nossa tradução).

Assim, observando que aquilo que conhecemos por cultura é o efeito das representações de um sistema semiótico, um “*jogo de máscaras linguageiras*” a serviço de um poder, para citar Roland Barthes (2011, p. 14), a crítica hodierna coloca em evidência a maneira pela qual fabricamos e interpretamos as diversas noções de sujeito ao longo da história que inegavelmente foram (e ainda são) estabelecidas por dispositivos que resultam de um conjunto heterogêneo de discursos e instituições, de “*relações de poder e de relações de saber*” (AGAMBEN, 2010, p.29). Desse modo, ao reconhecer que as diversas construções culturais - desde aquelas que se voltam para os estudos de grupos considerados minoritários até aquelas que entrevêm na história um corpo sólido capaz de nos oferecer uma visão imparcial e totalitária das nossas experiências - estão igualmente dispostas segundo os três sistemas de exclusão (a palavra proibida, a vontade de verdade e a oposição entre razão e loucura) sobre os quais nos fala Foucault (2011), a autoconsciente criação literária

não leva o marginal para o centro. Menos do que inverter a valorização dos centros para a das periferias e das fronteiras, ele utiliza esse posicionamento duplo paradoxal para criticar o interior a partir do exterior e do próprio interior (HUTCHEON, 1991, p. 98).

Nesse sentido, como um universo que mantém a permanência da pluralidade, da heterogeneidade ao contrariar as antigas tradições proféticas das atividades representativas culturais, a escritura ficcional pós-moderna desconstrói a noção de centro, de uma imagem transitiva de “verdade”, abrindo espaço para novas marcas temporais, novas possibilidades e, portanto, novas abordagens além daquelas oferecidas pelos “registros oficiais” da História e dos Estudos Culturais em seus sistemas de exclusão e seleção dos aspectos constituintes da rede conceitual das ações das quais os sujeitos fazem parte. Reordenando as coordenadas do mundo experimentado e operando uma trans-figuração das usuais características semânticas de nossa experiência cultural, a literatura “afeta os campos de referência do mundo sociocultural, deles retirando suas funções reguladoras e, desautomatizando-os, os converte em objetos de percepção” (LIMA, 2006, p. 285) e não de contemplação. Em outras palavras, ao invés de simplesmente utilizar a linguagem mediante tratados sistemáticos apartada de suas configurações históricas, a poética do pós-modernismo ressalta as complexas dimensões simbólicas do mundo experimentado. Dimensões, estas, que estruturadas sobre os mais diversos fenômenos constitutivos da sociedade contemporânea, não são passíveis de redução e exclusão. Assim, ao conferir valor de equivalência aos saberes que a linguagem engrena, desafiando e subvertendo a cultura no interior de seus pressupostos, a literatura nos oferece um complexo universo de (re) construção cultural, uma possibilidade de (re) nascimento cultural. Nesse sentido, podemos dizer que a literatura não é apenas um conjunto de obras, mas um tecido de significantes e de força fundamental no processo de construção dos saberes políticos e históricos.

### ***O filho da mãe: o hibridismo cultural versus uma hierarquia do conceito de identidade***

Nesse contexto de denúncias e questionamentos acerca das conflituosas formas de representação cultural realizado pelo discurso literário pós-moderno, observamos que nenhuma temática é capaz de ilustrar melhor as possibilidades de compreensão dos

sujeitos “subalternos” como a complexidade dos conflitos bélicos. Porque, como bem observou Oliveira (2011, p.110), “*a questão da guerra é homóloga à própria condição humana frente às diferenças massacradas*”. Excluídos do poder político e inseridos em submissas categorias indiferenciadas, os sujeitos “subalternos” buscam incessantemente um lugar a partir do qual possam falar e serem ouvidos. Entretanto, quando essa conquista não acontece pacificamente, deflagra-se um conflito cujo desfecho frequentemente assegura um novo equilíbrio de relações hegemônicas: de um lado, o “Sujeito de desejo e poder”, do outro, o “sujeito do oprimido” (SPIVAK, 2010, p. 44) que, preso ao poder do regime Histórico e banido do poder da liberdade, situa-se em um eterno estado de exceção diante de uma duvidosa homogeneização mundial. E é justamente nesse cenário que desvela o lugar incômodo de hierarquização cultural que compreende um “*conjunto de crenças das regras e dos ritos que numa determinada sociedade e num determinado momento histórico são impostos aos indivíduos pelo exterior*” (AGAMBEN, 2010, p.30-1) que o romance *O filho da mãe*, do brasileiro Bernardo Carvalho, encontra-se inserido. Lançando mão de um cenário bélico e fragmentado vivenciado por indivíduos rejeitados, fora do lugar, se desvencilhando de tudo e de todos em uma cidade constituída “*segundo a ótica da visibilidade total*” (CARVALHO, 2009, p.132), a prosa carvaliana nos evidencia, principalmente através das figuras dos protagonistas, como os clássicos conceitos de identidade e cultura precisam de revisão e reconsideração.

Estamos na cidade de São Petersburgo, um lugar de confronto entre os heróis problemáticos que têm que lidar com a inadequação e o mundo austero assolado pelos confrontos desencadeados pela Segunda Guerra da Tchetchênia<sup>3</sup>. De um lado, Ruslan, caucasiano, rejeitado pela mãe, pois “*ninguém ama por obrigação*” e cujo pai foi morto na guerra, consegue, graças à ajuda da avó, sair do campo de refugiados da Inguchétia onde a morte era iminente. Segue, então, em direção à São Petersburgo na tentativa de reencontrar suas raízes que, metaforicamente, simboliza a busca por um território no qual ele possa fazer parte. A inquietação do herói, frente a um sentimento de inexistência, transcende o espaço físico, alcançando a subjetividade dos sonhos que também precisam ser reprimidos: “*sonhara que representava o que não podia caber no sonho (...) o que podia existir em qualquer lugar, menos no meu próprio sonho. Por isso, tive que acordar rápido para não desaparecer*” (CARVALHO, 2009, p. 36). Do outro lado, está Andrei - filho de um brasileiro exilado político com uma russa - que, pelas circunstâncias familiares, foi obrigado pelo padrasto a servir o exército em São Petersburgo. Observamos, assim, que a rejeição também provém do próprio seio familiar. A tensão entre países deixa de ser pura e simplesmente política, sendo espelhadas nas próprias relações sociais. No quartel, ao se recusar a partir para a guerra, pois “*era o único filho da sua mãe e, portanto, arrimo da família*” (CARVALHO, 2009, p. 98), Andrei é obrigado pelo general que reforça a hierarquia a prestar serviços sexuais a fim de arrecadar dinheiro para sustentar o quartel, esse “pilar” da sociedade:

---

<sup>3</sup> A Segunda Guerra da Tchetchênia representa a retoma dos confrontos entre os russos e os grupos separatistas da província do Cáucaso. Esse conflito representou o desejo separatista dos tchetchenos em contraste com a ambição do governo russo em manter sob seu domínio esse território que busca a sua independência.

Desde então, nunca mais tive paz. Se tivesse ficado calado, e se resignado à bazófia do capitão, possivelmente não teria sido selecionado para uma missão como esta, forçado a arrecadar verbas para completar o salário dos superiores e sustentar o quartel falido” (CARVALHO, 2009, p. 98).

O encontro entre esses dois personagens ocorre quando Ruslan rouba o dinheiro de Andrei - “o dinheiro da prostituição para o sustento do exército russo” (CARVALHO, 2009, p.120) - com o objetivo de comprar um passaporte falso e fugir de São Petersburgo. A partir de então, Andrei tornar-se um desertor. Em um sentido mais amplo, podemos observar que esse episódio simboliza a possibilidade de fuga, para Andrei, de uma instituição que, no romance, é responsável pela segregação dos indivíduos em compartimentos estanques e humilhantes:

— Não posso voltar sem o dinheiro — ele mesmo responde, como se as paredes tivessem perguntado. “E de manhã? O que é que vai fazer? Vai voltar para o quartel?”

— Não — ele responde, como se as paredes tivessem perguntado: “E se recuperasse o dinheiro, voltaria para o quartel?”.

Ao compartilharem da vulnerabilidade, escondendo-se em escombros, pois “os dois só podem existir no limite da inverossimilhança.” (CARVALHO, 2009, p.133), inicia-se uma história de amor:

É possível que não se dê conta de que terminou por associar o sexo às ruínas ao risco, à força de tê-lo descoberto em meio a uma guerra, e de buscá-las, as ruínas, sempre que encontra alguém, por ter sido obrigado a reconhecer nelas o cenário reconfortante do lar onde já não há possibilidade de reconforto. Quando não há mais nada, há ainda o sexo e a guerra. O sexo e a guerra são o que todo homem tem em comum, rico ou pobre, educado ou não. O sexo e a guerra não se adquirem. A ideia de uma vulnerabilidade maior que a sua lhe desperta o amor (CARVALHO, 2009, p.139).

Entretanto, ao manifestarem uma sexualidade destoante da maioria dos sujeitos que viviam naquela sociedade inegavelmente homofóbica - como nos diz o narrador do romance: “Qualquer tchetcheno a que se fizer a pergunta dirá que não há homossexuais na Tchetchênia” (CARVALHO, 2009, p.35) - Ruslan e Andrei se tornam cada vez mais “invisíveis”. Nesse sentido, observamos que a questão política se mescla a um questionamento acerca das próprias identidades sexuais marginalizadas. Imbricado nas questões da realidade histórica na qual os personagens estão inseridos, o *corpo* representaria, simbolicamente, uma tentativa de dominação da única realidade frente a um sentimento angustiante de inexistência. Maksim, irmão de Ruslan, é a figura do romance que melhor representa esse universo de privilégios desiguais que, rejeitando os grandes fenômenos constitutivos da sociedade contemporânea em prol de uma utópica identidade nacional homogênea, não mede esforços para apagar a categoria do Outro. Em uma conversa entre os irmãos, Maksim evidencia sua aversão aos estrangeiros: “Que é que você está fazendo na Rússia? Aqui não é o seu lugar” (CARVALHO, 2009, p.177).

O desfecho desses conflitos não poderia ser outro senão a representação da monstruosa figura da quimera como é descrita por Ruslan em uma carta deixada à Andrei:

um animal que era dois sem ser nenhum. Uma égua dera à luz um potro no qual estavam misturados dois embriões. A isso chamam quimera (...). Era um animal estranho, parecia um potro, mas era outra coisa, dois fundidos em um só, indistintos. Não conseguia ficar em pé. As quimeras são raras e os pastores nas montanhas as vêem como portadoras de mau agouro, porque põem a reprodução num impasse, fazem da reprodução uma monstruosidade. Por isso, quando esses animais não morrem ao nascer, os próprios camponeses se encarregam de lhes dar um fim (...) As quimeras morrem para que sobreviva o pacto dos que não podem contar nem com Deus nem com os anjos. (CARVALHO, 2009, p. 160-1).

Estendida a nossa análise dos preceitos canônicos das abordagens tradicionais do conceito de cultura, a representação da figura da quimera neste romance possui extrema importância significativa. A mistura de dois embriões que originou uma criatura indistinta poderia ser comparada as inúmeras tentativas de enquadrar sujeitos heterogêneos em compartimentos estanques e homogêneos. Entretanto, precisamos lembrar que essas diferenças estão situadas no interior de cada cultura que contestamos. A retirada de um grupo implicaria o desmoronamento de todo o resto que, agora, não “conseguiria ficar em pé”. Entretanto, os homossexuais e os imigrantes, grupos ilustrados em *O filho da mãe*, não constituem movimentos monolíticos, mas uma diversidade diante de inegáveis situações de marginalidade estabelecidas pelo poder de ruptura dos discursos. Assim, através dessa breve análise das principais cenas de enunciação do romance, verificamos a profunda necessidade de desnaturalizar as articulações culturais de um significado único e exclusivo, reconsiderando o lugar a partir do qual estabelecemos nossas interpretações acerca do sentido do Ser.

### **Considerações finais:**

Quando nos propusemos a falar sobre o poder que está inserido em toda ordem da linguagem, sabíamos, desde o início, do risco que iríamos enfrentar. Ao se depararem com o presente artigo, muitos poderiam observar um resquício romântico que ainda insiste em pairar sobre muitas cabeças desavisadas e ausentes das novas condições de produção da sociedade contemporânea. Entretanto, como a neutralidade definitivamente não é a melhor opção, decidimos seguir em frente. Desse modo, o fato é que não aspirávamos (e nem poderíamos) pronunciar um discurso que estivesse isento do poder, pois como diria Barthes (2011, p.15), em sua grande Aula, “a linguagem humana é sem exterior: é um lugar fechado. Só pode sair dela pelo preço do impossível: pela singularidade mística”. Nesse sentido, como não somos personagens com super poderes de histórias em quadrinhos, nos restou lutar contra as ilusões da naturalidade de discursos inegavelmente centralizadores e a estabelecer novas relações capazes de abarcar as instâncias de ruptura e crença nos saberes Culturais e Históricos dominantes.

Assim, ao invés de compreendermos as dinâmicas temporais e culturais como instituições que têm como sentido um mundo (in) transitivo refletido em uma “verdade” exclusiva, colocamos em questão o “verdadeiro” atual. Por conseguinte, aquilo que conhecemos (ou presumimos que conhecemos) por hierarquia, origem, centro é resultado de interpretações e representações imbricadas em um discurso homogêneo funcionando, assim, como uma camuflagem para um problema de maior escala: a

manutenção das relações hegemônicas na intermediação da fala do “subalterno” por aqueles que se colocam em posição de reivindicar algo em nome do Outro. Diante dessa situação que conclama alternativas que privilegiam o híbrido e o dialogizado, podemos observar a imprescindível atuação do intelectual pós-moderno que resistirá contra os poderes. Segundo Gayatri Spivak (2010), é imprescindível que o intelectual, ao observar as camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos sistemas de representação política, assuma a responsabilidade de criar espaços mais igualitários nos quais esses indivíduos possam se articular. E esse espaço foi aqui compreendido como aquele que nos apresenta “lugares diferentes de fala” (BARTHES, 2011, p.19): o discurso literário pós-moderno representado pelo romance *O filho da mãe*.

Assumindo muitos saberes através do jogo com a linguagem, mas sem representar uma “verdade” dogmática ou privilegiar um grupo em detrimento do outro, a poética do pós-modernismo nos mostra que a “diferença” antes se sugerir oposições binárias, conclama pela diversidade. Assim, coadunando os contrários e modificando os usuais sistemas de relações, a poética do pós-modernismo nos insere na “verdadeira” atmosfera cultural: a heterogeneidade. Nesse viés, gostaríamos de encerrar nossa incursão pelos problemáticos projetos dos Estudos Culturais com o desfecho da prosa carvaliana que, lida como pro-vocação aos sistemas homogeneizantes, ilustra, poeticamente, a morte do sentido do ser e das relações simbólicas no mundo circundante quando levados ao extremo:

a mulher está parada, segurando um bezerro recém-nascido, ao mesmo tempo peludo e pelado, com diferentes padrões e cores de pelo espalhados pelo corpo, como uma colcha de retalhos. Uma quimera, mistura de dois embriões, portadora de mau agouro.

— O filho-da-mãe — ela diz, desvairada, enquanto a vaca lambe, bovina, a cria morta (CARVALHO, 2009, p. 199).

### Referências bibliográficas:

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo?** E outros ensaios. Chapecó, SC: Argos, 2009.

BARTHES, Roland. **Aula**. São Paulo: Cultrix, 2011.

\_\_\_\_\_. **Mitologias**. Rio de Janeiro: Difel, 2009.

CANCLINI, Nestor García. **Culturas híbridas**. São Paulo: Edusp, 2011.

CARVALHO, Bernardo. **O filho da mãe**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

EAGLETON, Terry. **Depois da teoria**. Uma análise dos estudos culturais e do pós-modernismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FOUCAUL, Michel. **A ordem do discurso**. 21.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

HUTCHEON, Linda. **Poética do pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

JAMENSON, Fredric. **A virada cultural**. Reflexões sobre o pós-moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LIMA, Luis Costa. **História. Ficção. Literatura**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2006.

OLIVEIRA, Paulo César S. “Representações da guerra da Tchetchênia, em *O filho da mãe*, de Bernardo Carvalho”. **Terra roxa e outras terras**, Paraná: PPGL/UEL, 2011, v. 21, set, p. 101-112.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. **Vira e mexe nacionalismo**: Paradoxos do nacionalismo literário. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SAID, Edward W. **Humanismo e crítica democrática**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007

**A COMPLEX UNIVERSE OF CULTURAL (RE)CONSTRUCTION: THE LITERARY DISCOURSE AND THE POSSIBILITY OF DECONSTRUCTION OF THE DOMINANT KNOWLEDGE.**

**Abstract:** This paper aims to analyze the social and ideological implications that operate in contemporary cultural disciplines. Recognizing the social elements of all cultural process, the poetics of postmodernism turns to how the power works. Thus, through the analysis of the novel *O filho da mãe*, of the brazilian writer Bernardo Carvalho, we will study that the concept of culture is essentially semiotic.

**Keywords:** Literature of postmodernism; Historiography; Cultural hybridity.

Recebido em 08/11/2015.

Aceito em 20/12/2015.